

EMENDA Nº - CM
(à MPV nº 776, de 2017)

EMENDA ADITIVA

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

“Art.....O valor máximo das custas e emolumentos dos atos relacionados ao registro de quaisquer tipos de instrumentos de crédito, e suas respectivas garantias, quando destinadas ao custeio, ou investimento das atividades agropecuárias, comerciais, ou industriais, não poderá superar R\$ 500,00 (quinhentos reais). “

JUSTIFICAÇÃO

No ano de 2013 a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) impetrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, com pedido de medida cautelar, ajuizada contra a Medida Provisória 26, de 28 de dezembro de 2013, editada pelo Governador do Estado do Tocantins, e posteriormente convertida na Lei 2.828, de 12 de março de 2014. A medida provisória dispunha sobre fixação a valores exorbitantes de cobrança e pagamento de emolumentos no exercício de atividades notariais e registrais, entre outras providências.

No ano de 2016, também o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5596, com pedido de liminar, contra dispositivos da Lei 2.828/2014, do Tocantins, que fixam valores exorbitantes de emolumentos relativos a serviços notariais e de registro no estado.

Em ambos os casos, as Ações Direta de Inconstitucionalidade consideram que os valores estabelecidos pela norma “evidentemente superam em muito o custo das atividades a que deveriam corresponder”. Mesmo se considerando que, além dos custos, é preciso remunerar os serviços, não há dúvida de que as importâncias na lei desatendem à natureza pública e ao caráter social dos emolumentos. Ao contrário, parecem satisfazer, sobretudo, a conveniência econômica individual dos delegatários de serviços notariais e de registro, não o interesse público, muito menos o dos usuários.



A título de exemplo, os serviços prestados pelos cartórios do Tocantins “são os mesmos” prestados pelos cartórios de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que cobram taxas “infinitamente menores”. Os mesmos serviços, em relação a títulos com garantias de mesmo valor, custam, no Tocantins, R\$ 1.860 e, no Rio Grande do Sul, R\$ 56, “diferença que não encontra nenhuma justificativa minimamente plausível”.

A própria ação apresentada pelo Senhor Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, considera que a “simples leitura das tabelas que compõem a lei de Tocantins indica valores exorbitantes e desconectados do custo do serviço, que é o mesmo, independentemente do valor do negócio jurídico a que se refira”, afirma. Para ele, os valores violam os direitos fundamentais dos contribuintes e os princípios da ordem tributária e a falta de correspondência entre emolumentos e o custo do serviço viola o princípio do custo/benefício.

Pelo exposto e visando superar este vácuo jurídico que permitiu que o Governo do Estado de Tocantins definisse valores exorbitantes para os serviços notariais, que apresento esta emenda na certeza de contar com o apoio dos meus pares para resolver esta questão injusta com o produtor rural brasileiro que chega a pagar a mesmo serviço notarial com uma diferença de mais de 3200% de um estado para outro.

Sala da Comissão,

Senadora KÁTIA ABREU



SF/17053.27664-90